

DO PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO AO PROGRAMA CEARÁ EDUCAMAIS: A TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL¹

Jailene de Araújo Menezes²
Heloísa Beatriz Cordeiro Moreira³

INTRODUÇÃO

A rede cearense de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) iniciou seu ciclo de funcionamento no segundo semestre de 2008 a partir do financiamento do Programa Brasil Profissionalizado (PBP). O referido programa, normatizado pelo Decreto nº 6.302/2007 oferece apoio técnico, financeiro e pedagógico à expansão do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nos estados da federação brasileira (Ceará, 2014).

As EEEP's criadas pela Lei Estadual nº 14.273/2008, iniciaram as atividades educacionais como Centros Educacionais da Juventude (CEJOVEM), e posteriormente, foram denominadas de Escolas Estaduais de Educação Profissional (Ceará, 2014). No primeiro ano de funcionamento, essa rede de escolas era composta por 25 unidades escolares em tempo integral, ofertando um currículo integrado abrangendo as bases regular, técnica e diversificada. Nessa perspectiva, a oferta de ensino médio integrado à educação profissional objetiva enfatizar o trabalho como princípio educativo, ou seja, possibilitar uma formação integrada com vistas à superação da histórica divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (Ciavatta, 2005).

Na demanda inicial, 4.181 estudantes foram beneficiados com a oferta de 4 cursos técnicos⁴(Ceará, 2014). Em 2021, a rede de EEEP's passou a ser composta por 123 unidades escolares com um quantitativo de 52 cursos técnicos e mais de 57.000 estudantes beneficiados⁵. De 2008 a 2021, ocorreram alterações no cenário da política de ensino médio integrado à educação profissional implementada nas EEEP's. Nesse sentido, cabe refletir acerca dos documentos norteadores de caráter institucional e atos normativos mais relevantes que permearam a trajetória dessa rede de escolas, considerando o período de 2007 referente ao PBP à 2021 vinculado ao Programa Ceará Educa Mais, normatizado pela Lei nº 17.572. Este programa tem como finalidade contribuir no processo de aprendizagem dos estudantes cearenses abrangendo 25 ações estratégicas vinculadas a oito eixos estruturantes. Dentre os eixos, destacam-se ações voltadas ao tempo integral e a política de ensino médio integrado à educação profissional implantada na rede pública estadual de ensino do Ceará. Nessa perspectiva, cabe questionar: quais os principais documentos institucionais e legislativos relacionados à trajetória das EEEP's, considerando o período de 2007 a 2021? Sendo assim, o

¹ Estudo realizado a partir do recorte da dissertação denominada A tessitura histórica do ensino médio integrado à educação profissional no Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.biblioteca.ifce.edu.br/>.

² Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação do Ceará - IFCE, docente da rede pública estadual de ensino do Ceará, jailene.araujo64@aluno.ifce.edu.br;

³ Doutora em Engenharia Civil e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (ProfEPT/IFCE), heloisa.beatriz@ifce.edu.br

⁴ Enfermagem, Segurança do Trabalho, Guia de Turismo e Informática (Ceará, 2014).

⁵ Dados obtidos a partir do Sistema de Atendimento da Secretaria da Educação do Ceará: <https://atendimentodados.seduc.ce.gov.br/> (Acesso em: 23 ago.2023)

objetivo geral deste estudo abrange a sistematização dos mais relevantes documentos e atos normativos relativos à essa política pública educacional implementada nas EEEPs. Tendo como objetivos específicos identificar os principais documentos institucionais e a legislação estadual relacionados à essa rede de ensino; e estruturar os marcos históricos e normativos relevantes acerca da trajetória das EEEPs, no período de 2007 a 2021.

Para a realização dessa pesquisa, considerou-se a produção de autores de referência na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, dentre eles: Cunha (2000, 2005); Kuenzer (2006); Ramos (2005, 2012, 2014, 2017); Ciavatta (2005, 2012, 2014); Frigotto (2011, 2012); Moura, Benachio (2021). A compilação desse material foi realizada a partir de pesquisas em fontes de dados como acervos institucionais e bibliotecas eletrônicas científicas, além de documentos relativos à política de ensino médio integrado à educação profissional no Ceará. Para análise documental foram considerados como critérios a recorrência e abrangência considerando, portanto, ações com ramificação na rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará.

O registro da construção histórica dessa política educacional implementada nas EEEPs, pode contribuir para uma análise do passado recente dessa rede de escolas. Nessa perspectiva, não apenas quem está envolvido diretamente na implementação dessa política nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, mas também a população cearense, pode contribuir no processo de tomada de decisão e na proposição de novas ações que auxiliarão no delineamento dessa política educacional.

METODOLOGIA

O estudo realizado consiste num enfoque qualitativo vislumbrando a compreensão dos fatos e a sua relação com o contexto analisado (Creswell, 2014). Nesse sentido, a técnica de pesquisa selecionada foi a bibliográfica-documental, partindo, portanto, da análise de fontes escritas, como livros, artigos, teses, dissertações; e fontes documentais como documentos institucionais norteadores da política educacional implementada nas EEEPs, planos de governo, mensagens à Assembleia Legislativa do Ceará; além de Leis, Resoluções, Decretos, Pareceres, configurando-se como uma pesquisa de caráter histórico.

Realizado numa perspectiva exploratória e construído a partir da análise documental e bibliográfica, no presente estudo foi selecionado o método histórico que segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 117) “preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos”. Dessa forma, privilegiou-se a História Nova que busca uma perspectiva diferenciada de tratamento ao documento passando a ser interpretado de forma diversa e interdisciplinar; seguindo o viés da Escola dos Annales, uma escola histórica contemporânea que expande o campo de conhecimento histórico e das fontes documentais, pois conforme Reis (2000, p.25), o historiador não é um “empilhador de fatos”, mas um “construtor, recortador, leitor e intérprete dos processos históricos”.

Devido ao quantitativo de informações acerca dessa política educacional optou-se pela divisão em quatro etapas para facilitar a compreensão acerca dos aspectos estruturantes da política de ensino médio integrado à educação profissional implementada nas EEEPs, abrangendo as etapas de Implantação das EEEPs (2007 a 2010); Expansão das EEEPs (2011 a 2014); Consolidação das EEEPs (2015 a 2018) e Novas Perspectivas para as EEEPs (2019 a 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o desenvolvimento do estudo acerca da trajetória das Escolas Estaduais de Educação Profissional, abrangendo o período de 2007-2021, foram consideradas quatro etapas. Sendo a primeira relativa ao processo de Implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional e esse ciclo que abrange o período de 2007-2010, efetiva uma promessa de campanha da gestão Cid Ferreira Gomes, conforme Farias 2018. O primeiro mandato de Cid Gomes (2007-2010) como governador do Ceará foi marcado por um cenário de pleno desenvolvimento do Estado do Ceará, em especial nas áreas da Indústria e do Turismo; e nesse contexto de expansão das oportunidades de trabalho nesses segmentos, era necessário oportunizar formação para os jovens cearenses (Farias, 2018). Sendo assim, na etapa de implantação, ocorre a adesão ao Programa Brasil Profissionalizado normatizado pelo Decreto nº 6.302/2007; a denominação inicial dessa rede de escolas como Centros Educacionais para a Juventude (CEJOVEM); a publicação da Lei Estadual nº 14.273/2008 referente à criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará; a publicação do Decreto nº 29.704/2009 que instituiu alterações no Programa de Estágio em órgãos e entidades da administração pública estadual; a divulgação do Decreto nº 30.282/2010 que implementou a Coordenadoria de Educação Profissional na estrutura organizacional da Secretaria da Educação do Ceará, além da divulgação dos Referenciais para as EEEPs, em 2010 (Ceará, 2014).

A segunda etapa, denominada Expansão das EEEPs, abrange o período de 2011-2014 e corresponde ao segundo mandato de Cid Ferreira Gomes. O referido mandato foi marcado pela manutenção da dinâmica neoliberal através de parcerias público-privadas culminando com a realização de obras que impulsionaram o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará (Farias, 2018). Nessa etapa evidencia-se a ampliação da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional com a implantação das instituições escolares denominadas padrão Ministério da Educação; a divulgação do Decreto nº 30.933/2012 que estabeleceu o Programa de Estágio para estudantes e egressas(os) da rede de ensino do Ceará; a instituição do Decreto nº 31.163/2013 referente à Gratificação de Desempenho aos ocupantes de cargos comissionados e docentes das EEEPs e o Lançamento de documentos orientadores acerca da política de Ensino Médio integrado à Educação Profissional implantada nas EEEPs, como a primeira edição do **Guia do Estágio**, em 2013; a segunda edição dos **Referenciais para as EEEPs**, em 2013; o **Guia de Rotinas Pedagógicas** das EEEPs, em 2014; e o **Relatório de Gestão: o pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014** (Ceará, 2014).

A terceira etapa denominada Consolidação das EEEPs (2015-2018) está vinculada ao primeiro mandato de Camilo Sobreira de Santana, sendo demarcado pela continuidade da política de crescimento econômico da gestão Cid Gomes (2007-2010; 2011-2014), mesmo num cenário de crise em diversas áreas (Farias, 2018). Nesse ciclo, evidencia-se o lançamento do *site* da Educação Profissional e a publicação do Decreto nº 32.075/2016 que instituiu alterações no Programa de Estágio das EEEPs (Ceará, 2014). Ao final dessa etapa, a rede de EEEPs, demarca uma década de uma rede de escolas que celebra resultados acadêmicos em âmbito nacional e estadual, mas que também revela fragilidades em decorrência do aligeirado processo de implantação, comprometendo, portanto, a efetivação da proposta de ensino médio integrado à educação profissional (Andrade; Leite, 2021).

A quarta etapa denominada Novas perspectivas para as EEEPs, abrangendo o período de 2019-2021, está vinculada à segunda gestão de Camilo Sobreira de Santana (2019-2022) como governador do Estado do Ceará. A referida gestão é marcada pelo agravamento da área econômica em escala global devido à dinâmica imposta pela pandemia da Covid-19 (Ceará, 2021b). Nesta etapa, evidencia-se a publicação do Decreto nº 33.048/2019 que estabeleceu

alterações na estrutura organizacional da Coordenadoria de Educação Profissional; o lançamento de documentos institucionais relativos ao período de suspensão das atividades presenciais em função da pandemia da Covid-19 e a divulgação da Lei Estadual nº 17.572/2021⁶ que instituiu o Programa Ceará Educa Mais. O referido Programa demarcou o compromisso do governo do Estado do Ceará com 25 ações estratégicas e 08 eixos estruturantes da educação cearense objetivando melhorias no resultado acadêmico dos estudantes, destacando-se em decorrência da especificidade desta pesquisa, a ação voltada para a articulação do Ensino Médio à Educação Profissional (Ceará, 2021a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo da tessitura histórica dessa política educacional, possibilitou verificar o indicativo de não priorização da proposta pedagógica do ensino médio integrado à educação profissional, sendo perceptível nos cenários nacional e estadual a falta de alinhamento temporal entre o lançamento de documentos institucionais acerca dessa política educacional, assim como projetos concomitantes que agregam visibilidade a outras formas de articulação do Ensino Médio à Educação Profissional. Nessa perspectiva, cabe mencionar a ausência de uma política de formação para os docentes que atuam na Educação Profissional e Tecnológica, tanto a nível federal quanto estadual, revelando assim, um cenário de fragilidade diante da efetivação da proposta pedagógica do ensino médio integrado à educação profissional.

A rede de EEEPs tem desafios significativos, sendo relevante olhar para o passado considerando a trajetória dessas escolas desde o aligeirado processo de implantação até os desafios impostos pela pandemia da Covid-19; avaliar o presente a partir das necessidades específicas para o funcionamento dessa rede robusta que beneficia uma demanda considerável de jovens cearenses e pensar no futuro dessas instituições numa perspectiva de sustentabilidade dessa rede de escolas com desafios que abrangem as demandas de financiamento, as ações de formação docente voltadas para a priorização da proposta de ensino médio integrado à educação profissional, a elaboração de material didático-pedagógico direcionado à formação profissional, a preparação para o mundo do trabalho e a (re)estruturação de espaços pedagógicos adequados para efetivação de uma formação ampla comprometida com a emancipação social e política dos estudantes cearenses.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; História da Educação; Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; Escolas Estaduais de Educação Profissional/CE.

⁶ Modificação na redação do 2º artigo (inciso II da Lei nº 17.572/2021) alterado pela Lei Ordinária nº 18.158 de 13 de julho de 2022. O referido artigo versa sobre o Professor Aprendiz, ação voltada à elaboração de material didático-pedagógico, formação docente e incentivo à produção científica (Ceará, 2021a). Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-18158-2022-ceara-altera-a-lei-no-17-572-de-22-de-julho-de-2021-que-dispoe-sobre-o-programa-ceara-educa-mais>. Acesso em: 20 ago. 2023.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; LEITE, Maria Cleide da Silva. Programa Brasil Profissionalizado: um divisor de águas para o Ensino Médio do Ceará *in* Políticas de Ensino Médio e Educação Profissional: contextos, saberes e protagonismo no espaço escolar. Organizadoras: Francisca Rejane Bezerra Andrade e Hanuzia Pereira Ferreira [Livro Eletrônico]. – 1a Edição, Brasília, [DF]: ANPAE, 2021.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Educação Profissional. Relatório de Gestão “O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014” / Secretaria da Educação. Coordenadoria de Educação Profissional. – 1. ed. – Fortaleza: Secretaria da Educação, 2014.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. Lei nº 17.572 de 22 de julho de 2021. Dispõe sobre o “Programa Ceará Mais”. Diário Oficial do Estado do Ceará. 2021a. Fortaleza, CE. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-17572-2021-ceara-dispoe-sobre-o-programa-ceara-educa-mais-consistente-em-aco-es-destinadas-a>. Acesso em: 04 ago. 2023.

CEARÁ. Mensagem à Assembleia Legislativa 2021. Governador Camilo Santana (2019-2022). Fortaleza: SEPLAG, 2021b. Disponível em: seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/03/Mensagem-a-Assembleia-Legislativa-2021.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Trabalho Necessário, v.3, n.3, 2005.

CRESWELL, J. W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

FARIAS, Airton de. História do Ceará. Fortaleza: Armazém da cultura: 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2017.

REIS, José Carlos. Escola dos Annales: a inovação em história. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.